

Técnicos apresentam planos para a saúde

O governo deve definir de forma precisa a atuação dos setores públicos e privados no campo da saúde. É necessário também que se faça uma hierarquização e regionalização das ações de saúde e se crie um mecanismo eficaz de coordenação da ação de todos os órgãos envolvidos na prestação de serviços e na formação de profissionais, incluindo-se aí ministérios, secretarias, universidades e setor privado da medicina. Essas são as três recomendações básicas do grupo interministerial criado há três meses para estudar o problema de formação de recursos humanos para a área de saúde e sua atuação no mercado de trabalho.

O estudo feito pelo grupo, de que participaram os Ministérios da Educação, da Saúde e da Previdência, será levado pelos ministros Eduardo Portella, Castro Lima e Jair Soares — que o receberam ontem ao Conselho de Desenvolvimento Social. Foi o CDS que recomendou a realização desse trabalho, diante das numerosas greves ocorridas no país, no ano passado, na área médica, e da necessidade de definir melhor a formação dos profissionais de saúde e sua atuação no mercado de trabalho.

O estudo mostra que o processo de urbanização crescente do país pressionou a necessidade de expansão do atendimento médico para o que o sistema previdenciário federal — à época de sua criação capaz de atender as necessidades da população — revelou-se inadequado. Foi feita, então, a opção pela compra de serviços no setor privado, ocasionando sua imediata expansão, ao mesmo tempo em que, ao promover essa expansão, a Previdência Social federal deixou de investir na construção de ambulatorios e hospitais de sua rede própria.

O principal problema de se fazer a expansão dos serviços por essa via — a do desenvolvimento do setor privado — segundo o estudo, é que se evidencia a tendência de privilegiar-se os atos médicos com instrumental sofisticado em detrimento de atos mais simples e de maior necessidade para a população. A Previdência passa a comprar o ato médico mais sofisticado e mais caro.

Dados levantados pelo grupo mostram que, em 1977, para cada internação feita pela Previdência federal em hospitais próprios, o setor privado fazia 30, e para cada duas consultas do setor da Previdência a rede privada fazia uma. Quanto mais simples e mais barato o ato médico, menos é oferecido pelo setor privado, e quanto mais caro e mais sofisticado, o setor privado oferece e a Previdência Social federal o compra. Em 1977, a Previdência ofereceu serviços próprios de exames radiológicos e de laboratórios em número de 9.422.000 e contratou da rede privada em número de 28.160.000. As internações em hospitais próprios foram em número de 216.000 e em hospitais contratados de 6.223.000. Com as consultas, a situação se inverteu: 57.152.000 na rede própria e 39.633.000 contratadas na rede privada.

O grupo interministerial indica aos três ministros a necessidade para se conseguir a articulação de todo o setor de formação de recursos humanos e utilização dos profissionais da área de saúde, reorganização do Conselho Nacional de Saúde, conferindo-lhe as atribuições de formular a Política Nacional de Saúde.

Apontando medidas concretas que já podem ser estudadas e implantadas pelos órgãos envolvidos com o objetivo de atingir as três metas básicas, os especialistas mostram a necessidade de serem criados os "Distritos Docentes Assistenciais", com a integração das faculdades de medicina e dos hospitais universitários numa rede regional que preste todo tipo de serviços de saúde, dos mais simples aos mais complexos, deixando também o ensino médico de estar centrado apenas nos hospitais de ensino.

Outra medida indicada diz respeito à profissionalização dos recursos humanos para a saúde. Isso poderia ser feito, segundo o grupo, criando-se uma carreira funcional de tempo integral para médicos e outros profissionais da área de saúde, como forma de racionalizar e dinamizar a ação de saúde no país, podendo a progressão funcional estar acoplada a mecanismos de educação permanente do médico.